

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36749	48781/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/36633	2023/500.10.301/275	Processo de migração
Unidade Administrativa		
DF - DFOP - DIVISÃO		
Propósito		
Expediente Geral \ DF - Despacho (sem notificação)		
Órgão/Cargo que resolve		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Proposta de suspensão de procedimento coercivo

Local da obra: Rua de Cadói, 16, Tebosa, Braga Portugal

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Para melhor decisão quanto ao procedimento a adotar, foi realizada, no passado dia 24 de outubro, uma reunião com os serviços dos Departamentos de Urbanismo, Jurídico e Apoio aos Serviços Municipais. No decorrer da mesma, foi-nos dado conhecimento que se encontrava a tramitar no Departamento de Urbanismo o processo de legalização n.º 1028/2024.

Ora, compulsado o referido processo, verificamos que, por despacho superior datado de 12.07.2025, do então Vereador do Pelouro, foi deferido o pedido de legalização, encontrando-se, na presente data, com o título urbanístico já emitido.

Assim, uma vez legalizadas a ampliação do edifício e alteração do uso urbanístico, “nomeadamente para uma atividade industrial de fabricação de embalagens de madeira (CAE16240), como atividade principal, exploração florestal (CAE 02200), comércio a retalho de combustíveis para uso doméstico (CAE 47783); e serração de madeira (CAE 16101) – regime de licenciamento do Tipo 3”, deixou de existir sustentação legal para se efetivar o despejo administrativo, pelo que propomos a suspensão do procedimento coercivo até integral e efetiva execução das obras de demolição, objeto do identificado processo de legalização/licenciamento. Deste facto deve ser dado conhecimento aos interessados, mantendo-se a operação urbanística em fiscalização sucessiva.

Atendendo que a matéria em apreço - despejo administrativo (artigo 92.º, do RJUE, aplicável *ex vi* artigo 109.º, também do RJUE) - é competência originária do órgão executivo do Município, propomos seja o assunto sujeito a deliberação camarária.

À consideração superior.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

